



## **Reunião Ministerial sobre Inclusão Social e Mobilidade no Ensino Superior, no âmbito da Conferência Geral da UNESCO 2019**

**Paris, 13 novembro 2019**

Exmo. Senhor Presidente,

Exma. Senhora Diretora-geral,

Caras e caros colegas,

Minhas senhoras e meus senhores,

A apropriação social do conhecimento convoca hoje todas as nossas sociedades. Não há desenvolvimento social ou crescimento económico sem que a base social de apoio da educação, da ciência e da cultura se reforce e se alargue. Em todo o lado é assim porque o recrutamento para o conhecimento apenas é possível através de um processo renovado de confiança e interesse por parte das novas gerações.

Partilhar com os outros a sede de saber, e fazer com eles o difícil e permanente caminho da experiência tem sido o papel principal da Unesco que temos de continuar a reforçar.

Início assim esta comunicação com uma manifestação de apoio e de compromisso com a UNESCO e com a estratégia traçada para os próximos anos, centrada numa melhor integração no sistema das Nações Unidas, no âmbito do processo de transformação estratégica em curso.

Permitam-me que vos relembre Homero e a viagem de regresso de Ulisses a casa, a qual é também a Odisseia do conhecimento: a obrigação de uma nova viagem, estimulando

e recriando a memória, construindo as lições da experiência e colocando à prova o conhecimento anterior que logo se esquece e se supera.

Sabemos hoje que todos os processos de apropriação de conhecimento talvez possam seguir esta metáfora antiga: uma viagem, um regresso, uma nova partida.

Mas hoje vivemos novos desafios e grandes oportunidades. O processo acelerado de transição digital induzido pelo crescimento explosivo da internet e das redes sociais nela suportadas, juntamente com uma crescente e exigente mobilização de esforços para fazer face às alterações climáticas que a todos nos afetam e à necessidade de estimular o desenvolvimento económico, reduzindo as desigualdades que continuam persistir nas nossas sociedades, exigem a procura crescente de novos conhecimentos para incorporação em processos de decisão. São fenómenos emergentes que obrigam a rever e possivelmente a ampliar os modos de produção, apropriação e difusão de conhecimento.

Sabemos bem que as condições de contextualização do conhecimento para a sua apropriação ganham especial acuidade na escola, onde a democratização do acesso à educação se acompanha frequentemente de uma margem elevada de abandono, rejeição e insucesso, reveladores de uma dificuldade de socialização e de aceitação dos modos de aprendizagem disponíveis.

Sabemos ainda que a contextualização dos saberes desafia não só a escola, mas também as instituições científicas e culturais, assim como a possibilidade de formação generalizada de cultura científica e técnica.

O respeito pela diversidade – biológica, social, cultural - e a riqueza que dela advém para a criação de conhecimento e o desenvolvimento da humanidade exigem a nossa mobilização. É neste contexto que a necessidade de integração e diálogo entre as diferentes áreas científicas deve ser prosseguida e reforçada, pois os problemas complexos com os quais nos defrontamos exigem a conjugação de saberes das várias ciências - da engenharia, da vida, das humanidades.

Vemos assim o fenómeno social dos riscos públicos que emergem, designadamente em associação com as alterações climáticas e o seu impacto na qualidade de vida das nossas populações, juntamente com o enorme desequilíbrio demográfico mundial e no

contexto da formação e apropriação social do conhecimento e da sociedade em rede, essencialmente como uma tremenda oportunidade de motivação para o conhecimento e para a participação cívica de todos na difusão dos saberes.

É claramente uma tremenda oportunidade para o desejo de saber e de dar a saber, para a formação de práticas democráticas de debate, questionamento e participação fundamentada nas decisões.

No plano quotidiano da fronteira entre o individual e o coletivo é provável que a medicina e a investigação biomédica venham a estar cada vez mais na fronteira social dessas decisões e de muitos dos conflitos que emergem, agravados pelo debate em torno da liberdade de saber e de não saber, de escolher e, esperemos, de poder escolher, talvez e de alguma maneira, a própria forma de viver e morrer. Mas é a sociedade do conhecimento e da informação, juntamente com os novos sistemas espaciais de observação da Terra e de sensorização, que tornam possível pensar-se nesse avanço de civilização, que por certo não deixará de ser controverso e doloroso, mas que fixará a solidez do enraizamento das práticas de apropriação e da partilha aberta do conhecimento na mais exigente das motivações contemporâneas.

A transição digital e o seu impacto nas sociedades através dos avanços nas formas de processar quantidades massivas de informação, designadamente através de métodos de Inteligência Artificial, traz-nos diariamente a evidência de um mundo crescentemente complexo em termos sociais, tecnológicos e relacionais. Tem ainda conduzido a um aumento exponencial da incerteza e de contextos de grande vulnerabilidade, pelo que esta consciência de múltiplas dissonâncias e perplexidades é simultaneamente um convite à aprendizagem e reavaliação da própria natureza do conhecimento humano.

É neste contexto que a produção e a apropriação social dos saberes passam crescentemente pela necessidade de rever mapas comportamentais e de formação de atitudes, devendo inclusivamente permitir a antevisão de narrativas inovadoras em diversos sectores da educação e do ensino superior, designadamente em termos de metodologias de "aprendizagem baseada em projeto" e das práticas de experimentação, com base no ensino experimental das ciências.

Por um lado, a apropriação social do conhecimento, incluindo a análise sistemática de saberes e práticas em comunidades vulneráveis, assim como a adoção de novos saberes e práticas por essas comunidades, exige um esforço de análise e conceção de estratégias de ação, que podem ser facilitadas por objetos e o design de novos sistemas e produtos.

Os enormes desafios da última década, bem como os desafios que se prefiguram - culturais, históricos, sociais, económicos, mediáticos - convidam ao desenvolvimento de competências partilhadas, de redes participativas e novas aceções de mais-valia criativa, desmontando e exigindo a reformulação de paradigmas antigos de autoria, território, património, competência e solidariedade.

No centro destes desafios está uma nova consciência do mundo de hoje: futuros de incerteza, contextos de crescente vulnerabilidade, reequacionamento de modos de conhecer e produzir as realidades coletivas. Num aparente paradoxo, estes territórios projetivos de incerteza e estas comunidades vulneráveis poderão vir a ser a chave para o emergir de um tecido social mais saudável.

Exige certamente promover saberes, assim como estimular mecanismos de "proteção social" dos mais fracos, o que leva á necessidade de perceber e promover o estudo e o apoio á conceção de políticas públicas orientadas para futuros de incerteza, dando enfáse a lugares de vulnerabilidade.

Áreas de aplicação incluem, entre outras, a saúde pública, a energia e a sustentabilidade, assim como os usos do espaço público. Áreas horizontais do saber incluem, entre outras, a utilização de tecnologias de informação e comunicação, a governança de riscos, a capacitação de cidadãos.

Foi neste sentido que Portugal está empenhado em Iniciativas de Conhecimento para o Desenvolvimento, incluindo a dinamização “Centro para a Formação Avançada de Cientistas oriundos de países de língua portuguesa”, um Centro estabelecido sob os auspícios da UNESCO, para capacitar instituições em África, apoiando a formação avançada de recursos humanos, a aquisição de novas competências e contribuindo para combater a “fuga de cérebros”, fortalecer o tecido empresarial local e desenvolver novas formas de cultura científica.

Os desígnios da UNESCO estão presentes nas políticas que implementamos e gostaria também de sublinhar a alteração da legislação nacional de forma a conferir condições particulares de acesso e frequência do ensino superior em Portugal a estudantes em situação de emergência humanitária, em linha com as políticas nacionais de acolhimento de refugiados e iniciativas privadas, como a Plataforma de Apoio aos Estudantes Sírios, promovida pelo Presidente Jorge Sampaio.

Senhor Presidente, Excelências,

Quero deixar claro que Portugal apoia os esforços da UNESCO no debate ético sobre a Inteligência Artificial e o seu envolvimento na elaboração de recomendações sobre a partilha aberta do conhecimento.

Precisamos de ser ambiciosos e de colocar a UNESCO na primeira linha do multilateralismo, tal como o secretário-geral das Nações Unidas aqui recordou ontem – a defesa de um mundo multipolar e de um multilateralismo inclusivo, capaz de lutar contra o racismo e a intolerância, de proteger o planeta e de utilizar o conhecimento para combater as desigualdades e as fraturas sociais e económicas.

Neste contexto, termino com uma referência explícita para os seguintes aspetos de grande importância:

o a proposta de proclamação pela UNESCO do Dia Mundial da Língua Portuguesa, que pretende ser uma afirmação do multilinguismo e da diversidade linguística no mundo;

o Conferência Europeia das Humanidades, que terá lugar em Portugal, no primeiro semestre de 2021, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, com organização conjunta com a UNESCO.

Gostaria ainda de vos convidar para estarem presentes amanhã, pelas 18h30, no evento de alto nível, que organizamos em conjunto com a Comissão Oceanográfica Internacional, sobre a Década das Ciências Oceânicas para o Desenvolvimento Sustentável, bem como para participarem na Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que se realizará em Lisboa no próximo ano.

Muito obrigado pela vossa atenção

Manuel Heitor, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Portugal